



Instituto Serzedello Corrêa
Escola Superior do Tribunal de Contas da União

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

Projeto Pedagógico do Curso (PPC)

Julho 2025



Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO	3
2. JUSTIFICATIVA	3
3. OBJETIVOS	4
4. PÚBLICO-ALVO	4
5. PERFIL DO EGRESSO	5
6. GRADE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA.....	5
6.1 CRONOGRAMA.....	5
8. INSTITUIÇÃO PROMOTORA	6
9. COORDENAÇÃO	7
10. CORPO DOCENTE.....	7
11. METODOLOGIA.....	7
12. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	8
13. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	8
14. LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO E TECNOLOGIA EDUCACIONAL.....	8
15. ACERVO	9
16. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO.....	9
16.1. Frequência mínima	9
16.2. Sistema de avaliação por disciplina	9
16.3. Avaliação do TCC.....	10
17. CERTIFICAÇÃO	10
Apêndice I – Ementas e Bibliografias	11
Módulo 1: Formação Fundamental	11
Módulo 2 – Formação Básica.....	11
Módulo 3 – Formação Complementar.....	13
Bibliografia básica	14
APÊNDICE II – PROPOSTA PRELIMINAR DE PROJETO DE PESQUISA	15
APÊNDICE IV - TERMO DE MATRÍCULA E RESPONSABILIDADE POR ORIENTAÇÃO	18

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do curso	Especialização em Análise Econômica do Direito
Área do conhecimento	6.01.00.00-1 – Direito 6.03.00.00-0 – Economia 6.02.02.00-9 – Administração Pública
Modalidade	Educação a distância com atividade síncrona mediada
Instituição promotora	Instituto Serzedello Corrêa (ISC) do Tribunal de Contas da União (TCU) - credenciado pelo MEC para oferta de cursos de pós-graduação presencial e EAD (Portaria nº 247, de 14/02/2017)
Vagas	46
Público-alvo	Servidores do TCU e de Instituições parceiras que possuam diploma de nível superior reconhecido pelo MEC
Coordenação	Débora Costa Ferreira
Período da oferta	2025-2027
Carga horária	400 horas
Forma de ingresso	Processo Seletivo
Corpo docente	Bernardo Mueller - http://lattes.cnpq.br/5585354486451902 Cristiano Aguiar de Oliveira - http://lattes.cnpq.br/3542530731951477 Fernando Boarato Meneguim http://lattes.cnpq.br/7733565835713599 Guilherme Mendes Resende - http://lattes.cnpq.br/2284071242212890 Julia Maurmann Ximenes - http://lattes.cnpq.br/4707000313816507 Karina Sayuri Sataka Bugarin - http://lattes.cnpq.br/8655636520555845 Luciana Yeung Luk Tai - http://lattes.cnpq.br/3748040229048548 Patrícia Regina Pinheiro Sampaio - http://lattes.cnpq.br/2726556686020429 Thomas Victor Conti - http://lattes.cnpq.br/1572184006925945

2. JUSTIFICATIVA

A Análise Econômica do Direito ou Direito e Economia é a área do conhecimento que aplica métodos e técnicas econômicas no estudo e compreensão de fenômenos do Direito, com vistas a melhor explicar e prever as consequências fáticas do ordenamento jurídico e das decisões que garantem sua aplicação, permitindo melhor calibragem de incentivos para alcance de soluções eficientes e socialmente desejadas.

Nesse sentido, trata-se de ferramental imprescindível para atores que participam do processo de elaboração de decisões judiciais e administrativas, capacitando-os a encontrar melhores soluções jurídicas, a partir da maior familiaridade dessa interface entre Direito e Economia e de meios objetivos para a previsão dos efeitos de diferentes alternativas.

Como se nota, esse conhecimento é fundamental para servidores dos Tribunais de Contas, do Poder Judiciário, do Ministério Público e de outras diversas instâncias estatais. Nesse contexto, o presente curso de pós-graduação lato sensu assume papel de vanguarda, pois permite a especialização de servidores em temas geralmente não contemplados pelos cursos de graduação, mas que são essenciais para a eficiência da atividade pública.

A escolha da modalidade em ensino a distância deve-se à capilaridade e à flexibilidade que os cursos a distância oferecem, permitindo um alcance maior de servidores públicos.

3. OBJETIVOS

O presente curso de pós-graduação tem por objetivo geral a formação de servidores capazes de lidar com temas interdisciplinares, aprofundando o estudo dos conceitos e institutos do Direito sob o prisma da sua contextualização econômica. Com tal conhecimento, propiciam-se novas habilidades e competências aos quadros dos órgãos públicos, favorecendo a tomada de decisão eficiente por parte do Estado.

São objetivos específicos do curso:

- Compreender os fundamentos teóricos da Análise Econômica do Direito, sua metodologia, pressupostos e aplicações, por meio da disciplina Metodologia da Análise Econômica do Direito, que oferece a base conceitual e epistêmica necessária à abordagem interdisciplinar entre Direito e Economia;
- Assimilar conceitos fundamentais da microeconomia e da teoria dos jogos, essenciais à formulação de modelos e raciocínios econômicos aplicados ao Direito, com o apoio da disciplina Introdução à Microeconomia e Conceitos Econômicos Básicos;
- Entender o papel das instituições, os desafios do setor público e os fundamentos do desenvolvimento econômico, relacionando-os à formação do ordenamento jurídico e ao desenho de políticas públicas, por meio da disciplina Economia Institucional, Setor Público e Desenvolvimento Econômico;
- Aplicar os instrumentos da Análise Econômica do Direito à compreensão de temas clássicos como propriedade, contratos, responsabilidade civil, processo judicial/administrativo, crimes e corrupção, com base nas disciplinas:
 - Análise Econômica da Propriedade;
 - Análise Econômica dos Contratos;
 - Análise Econômica da Responsabilidade Civil;
 - Análise Econômica do Processo Judicial/Administrativo;
 - Análise Econômica dos Crimes e da Corrupção;
- Desenvolver competências de investigação aplicada, com foco na produção de conhecimento relevante à atuação institucional dos servidores, mediante a disciplina Metodologia da Pesquisa Científica Aplicada, que fornece as ferramentas para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); e
- Aprofundar a aplicação da Análise Econômica do Direito em áreas especializadas, de acordo com o campo de interesse profissional de cada aluno, por meio da escolha de disciplinas optativas.

4. PÚBLICO-ALVO

O curso destina-se a portadores de diploma de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, que atuem ou pretendam atuar na interface entre o Direito e a Economia, com prioridade para profissionais envolvidos na formulação, controle e/ou gestão de políticas públicas e regulatórias.

O ingresso no curso ocorrerá por meio de processo seletivo regido por **edital próprio**, podendo abranger tanto profissionais pertencentes ao quadro funcional do TCU quanto de outras instituições parceiras, a critério da direção do ISC-TCU.

Para a efetivação da matrícula no curso, além da aprovação no processo seletivo, os participantes deverão cadastrar e atualizar seu currículo na base de currículos do TCU ou na plataforma Lattes da Capes (em caso de aluno externo) e encaminhar para o ISC, cópia digital e link para o currículo, bem como uma Proposta Preliminar de Projeto de Pesquisa conforme descrito no Apêndice I.

5. PERFIL DO EGRESSO

O egresso do curso de pós-graduação deve retornar às suas atividades laborais com maior capacidade de lidar com temas interdisciplinares, aprofundando análises de conceitos e institutos jurídicos a partir do ferramental da abordagem da Análise Econômica do Direito nas mais diversas questões jurídicas. Essas competências poderão ser aplicadas na área de atuação de cada aluno em suas respectivas instituições. O egresso do curso deverá ser capaz de, no exercício de suas atividades laborais, contribuir para a melhoria do **desempenho institucional, da efetividade das políticas públicas e da racionalidade das decisões administrativas e judiciais, com base em evidências e na análise de custo-benefício das alternativas disponíveis.**

A partir desse processo de desenvolvimento técnico e profissional, o egresso será incentivado a continuar sua busca por autodesenvolvimento, por meio de uma educação por toda a vida, em benefício da Administração Pública e da sociedade brasileira.

6. GRADE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

O curso de Especialização em Análise Econômica do Direito é uma ação de formação continuada que pretende aprimorar o conhecimento instrumental e teórico dos alunos envolvidos nessa área de atuação. Trata-se de um processo formativo em serviço, com base na educação formal em pós-graduação lato sensu, com o objetivo maior de gerar conhecimentos que possibilitem a atuação na área de concentração do curso com alto nível de especialização.

A matriz curricular do curso é composta por 10 (dez) disciplinas, sendo 9 (nove) obrigatórias e 1 (uma) optativa. O discente deverá escolher uma entre as disciplinas optativas disponíveis para alcançar o total de 360 horas/aula das disciplinas. Além disso, há mais 40 horas para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

6.1 CRONOGRAMA

O curso terá duração estimada de 18 meses e está previsto para iniciar a oferta da primeira disciplina em setembro de 2025 com o término previsto para outubro de 2026, quando da oferta da última disciplina. Após o encerramento da última disciplina, o estudante terá até 90 (noventa) dias para elaborar e defender, em banca examinadora, o seu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Disciplina	Total de Encontros	Período Provável	Dia da Semana	Horário	Local
1	4	1 a 28 de setembro de 2025	Sextas-feiras	Das 10:00 às 12:00	Microsoft Teams
2	2	29 de setembro a 12 de outubro de 2025			
3	4	13 de outubro a 9 de novembro de 2025			
4	4	2 a 29 de março de 2026			
5	4	30 de março a 26 de abril de 2026			
6	4	27 de abril a 24 de maio de 2026			
7	4	25 de maio a 21 de junho de 2026			
8	4	3 a 30 de agosto de 2026			
9	4	1 a 27 de setembro de 2026			
10	≈2	28 de setembro a 25 de outubro			

8. INSTITUIÇÃO PROMOTORA

Criado por lei federal (art. 88 da Lei no 8.443, de 16/7/1992), o Instituto Serzedello Corrêa (ISC) foi concebido pelo ideal de propiciar condições para o desenvolvimento humano e organizacional do Tribunal, provendo a Secretaria do TCU de pessoas qualificadas para o exercício das atividades de controle externo da Administração Pública.

As competências do Instituto estão definidas na Resolução 305/2018, que define a estrutura, as competências e a distribuição das funções de confiança das unidades da Secretaria do Tribunal de Contas da União; na Resolução-TCU no 212, de 25 de junho de 2008, que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de educação no âmbito do TCU; em seu Regimento Interno; e nos regulamentos específicos de cada segmento educacional, inclusive, no da pós-graduação. A Resolução-TCU no 212/08 estabelece para o Programa de Pós-Graduação os seguintes objetivos:

- I. promover a pesquisa científica e a geração de conhecimento em nível avançado em áreas de interesse do TCU, com vistas a melhorar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações realizadas pelo Tribunal no cumprimento de sua missão institucional;
- II. aprimorar a qualificação e a especialização dos servidores do TCU e ampliar o corpo docente do Instituto Serzedello Corrêa, com vistas à promoção de futuros projetos de pós-graduação de interesse institucional; e

- III. criar as condições necessárias à preservação de uma cultura organizacional comprometida com a inovação e com a permanente adequação das competências dos servidores aos objetivos do Tribunal.

Em 14 de fevereiro de 2017, o Ministério da Educação publicou o despacho do Ministro em que homologa o Parecer no 657/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Escola de Governo Instituto Serzedello Corrêa e unidades vinculadas, para oferta de pós-graduação lato sensu, em regime presencial e a distância, observando-se o prazo de 8 (oito) anos.

9. COORDENAÇÃO

O curso será coordenado por um Colegiado conforme estabelecido no Regulamento Geral do Programa de Pós-Graduação do ISC.

As competências do Colegiado são, entre outras atribuições, a avaliação e a aprovação de propostas de mudança no projeto pedagógico do curso; o planejamento, a coordenação e a supervisão das atividades do curso; a seleção de docentes, conteudistas e tutores, bem como a supervisão de sua atuação.

Cabe à Comissão de Coordenação as decisões sobre questões administrativas e disciplinares do curso, bem como a realização de alterações no presente Projeto Pedagógico do Curso (PPC), no calendário e nas atividades previstas, quando necessário.

10. CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso de Especialização em Análise Econômica do Direito será constituído por professores que possuam titulação de doutor, mestre ou especialista, conhecimento profissional na área do curso e experiência pedagógica, selecionados por edital ou convidados pelo Instituto Serzedello Corrêa, obedecendo aos parâmetros estabelecidos pelo MEC e à legislação vigente.

O corpo docente será selecionado por meio de edital público com critérios próprios ou, no caso de convite, análise curricular, pela Comissão de Coordenação, com foco nos perfis mais qualificados e aderentes ao projeto do curso.

11. METODOLOGIA

As atividades serão desenvolvidas segundo uma abordagem que privilegia a associação entre teoria e prática, por meio de textos expositivo e artigos, vídeos e áudios, fóruns e vídeo conferências, atividades individuais e em grupo, estudos de caso e projetos de pesquisa.

Ressalte-se que, na realização dessas atividades didáticas, o objetivo maior é estabelecer não apenas o trânsito entre trabalho e educação, como é comum e desejado em um processo de formação em serviço, mas também uma rede de interconexões entre os saberes e as práticas que fundamentam o campo de estudo.

Estudos de casos serão realizados permitindo que os alunos participem ativamente do processo de construção do conhecimento.

Por se tratar de uma especialização em formato misto (telepresencial e a distância), as atividades serão desenvolvidas em ambiente virtual de aprendizagem preparado para esse fim, com destaque para o uso de ferramentas de comunicação como webconferências, chats e fóruns, além de recursos de exibição de conteúdo em formato de vídeo, áudio, texto e imagem.

12. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O aluno deverá elaborar individualmente um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que consistirá na aplicação prática de conhecimentos em pesquisa, análise, avaliação, controle ou fiscalização de políticas públicas, desenvolvidos ao longo da especialização.

O TCC poderá assumir um dos seguintes formatos:

- Produto técnico-tecnológico inédito, elaborado em coautoria com docente do curso;
- Artigo científico inédito, publicado ou submetido para publicação em periódico científico com estrato mínimo A4 (ou equivalente) do Qualis Capes vigente, também em coautoria com docente do curso;
- Outro formato aceito pelo(a) orientador(a) e pela Coordenação Acadêmica do curso.

O TCC observará as normas de padronização editadas pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), bem como o modelo fornecido pelo Instituto Serzedello Corrêa, e, no caso de fiscalizações, os modelos e as normas adotados pelo Tribunal de Contas da União para planejamento, execução e relatório de auditorias operacionais. Para orientar a elaboração do TCC será designado um professor orientador (Apêndice IV).

13. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As disciplinas do módulo específico do curso poderão ser ministradas por meio de atividades especiais, como eventos coordenados e estudos. Independentemente da programação dessas disciplinas, outras atividades complementares poderão ser desenvolvidas, como a participação em eventos e visitas, devendo ocorrer de acordo com a disponibilidade dos alunos e o interesse do ISC.

14. LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO E TECNOLOGIA EDUCACIONAL

O curso será ofertado na modalidade a distância, por meio de ambiente virtual de aprendizagem. As atividades síncronas mediadas serão realizadas por meio da plataforma Microsoft Teams.

Para facilitar a interação entre alunos, professores e coordenação, os alunos serão inscritos em uma comunidade virtual de aprendizagem, que receberá o nome do curso. Essa comunidade é parte da plataforma de ensino a distância do ISC.

A estrutura do ISC também comporta um sistema para registro e acompanhamento dos cursos (ISCnet). Neste sistema serão lançadas as informações do curso e das disciplinas, as matrículas, as notas de cada disciplina, a frequência dos discentes e a avaliação do

TCC. O sistema também permite a emissão do certificado de curso, com os elementos necessários para sua validade, segundo a Resolução CNE/CES nº 1, de 6/4/2018.

15. ACERVO

A Bibliografia básica do curso está indicada no Apêndice I e é constituída de material digital ou de livros e/ou periódicos oportunamente adquiridos e disponibilizados pelas Bibliotecas do Tribunal de Contas da União, para acesso aos alunos do curso, ou ainda disponibilizados na comunidade virtual de aprendizagem quando se tratar de conteúdo digital de livre divulgação.

Cada disciplina do curso contará também com outras fontes bibliográficas que poderão ser indicadas no decorrer das aulas pelos docentes das disciplinas como leituras básicas ou complementares. Essa bibliografia adicional será constituída preferencialmente de material digital, a ser disponibilizado na comunidade virtual de aprendizagem, sendo evitada a reprodução física do material de leitura por respeito a princípios de sustentabilidade e economia de recursos naturais. Todo material disponibilizado deverá obedecer à legislação de direitos autorais. Livros e/ou periódicos de conteúdo integral que compõem a bibliografia complementar das disciplinas também poderão ser indicados e eventualmente adquiridos pela Biblioteca quando indicados previamente pelos docentes.

16. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

	1	2	3	4	5
Etapas do Ciclo de Avaliação	Levantamento do perfil acadêmico e das expectativas em relação à ação educacional	Avaliação da disciplina pelo discente e docente ao término das aulas	1. Avaliação da infraestrutura na metade do período das aulas 2. Avaliação de término de curso ao final de todas as disciplinas	Avaliação da atividade de orientação pelo discente e pelo docente	Avaliação do egresso um ano após o término do curso
Instrumentos	Ficha de inscrição/Dados Complementares	1. Avaliação da disciplina pelo docente 2. Avaliação da disciplina pelo discente	1. Avaliação da infraestrutura pelo discente 2. Avaliação de término de curso pelo discente	1. Avaliação da atividade de orientação pelo discente 2. Avaliação da atividade de orientação pelo docente	Avaliação de egresso pelo chefe imediato

16.1. Frequência mínima

A frequência mínima exigida para a aprovação é de 50% de presença por disciplina e de 75% do total de disciplinas.

Em cada disciplina, a frequência será calculada considerando dois aspectos: no ensino a distância, com base no percentual de execução das atividades propostas; e no ensino telepresencial, pela presença e participação nas aulas síncronas

16.2. Sistema de avaliação por disciplina

O aproveitamento acadêmico poderá ser medido por meio de atividades digitais, provas, trabalhos e participação, individuais ou em grupo. O rendimento será aferido por disciplina, em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez). Será considerado aprovado o aluno que alcançar rendimento acadêmico mínimo igual ou superior a 6 (seis).

16.3. Avaliação do TCC

A avaliação do trabalho de conclusão do curso será realizada por banca constituída por, pelo menos, dois professores, sendo um deles o orientador.

Os alunos receberão da banca examinadora as menções “aprovado”, “aprovado com restrições”, ou “não aprovado”. Será considerado “aprovado” o aluno que receber essa menção de todos os membros da banca. Será considerado “aprovado com restrições” o discente que receber essa menção de pelo menos um dos membros da banca. Será considerado “não aprovado” aquele aluno que receber esse conceito de todos os membros da banca.

No caso de aprovação com restrições, as modificações sugeridas deverão ser efetuadas pelo aluno no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e apresentadas ao orientador, que atestará a validade das modificações realizadas, a fim de que possa ser considerado aprovado em caráter definitivo.

17. CERTIFICAÇÃO

Ao discente que obedecer às exigências do curso e atender aos critérios de aprovação, a saber, nota mínima de 6 (seis) por disciplina, frequência mínima de 50% por disciplina e 75% no conjunto de disciplinas, e aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será conferido o grau e o certificado de **Especialização em Análise Econômica do Direito**.

Apêndice I – Ementas e Bibliografias

Módulo 1: Formação Fundamental

Introdução à Microeconomia e conceitos econômicos básicos: Conceitos fundamentais: custo de oportunidade, maximização, equilíbrio e eficiência de Pareto, eficiência de Kaldor-Hicks. Eficiência versus Legalidade. Eficiência estática e dinâmica. Ferramentas matemáticas: funções, gráficos, otimização. Teoria do consumidor: cesta de consumo, preferências, função de utilidade, lei da utilidade marginal decrescente, curvas de indiferença, restrição orçamentária, maximização da utilidade, consumo ótimo, lei da demanda. Teoria da firma: função de produção, maximização do lucro, minimização de custos, equilíbrio de mercado. Custos e benefícios marginais. Equilíbrio geral. Análise de custo-benefício. Teoria dos Jogos. Definição. Características. Comportamento estratégico. Representação dos jogos. Estratégias dominantes e dominadas. Jogos estáticos e sequenciais. Dilema do Prisioneiro. Equilíbrio de Nash. Precificação de ativos. Teoria agente-principal. Eficiência das normas. Incentivos e desenho de mecanismos.

Metodologia da Análise Econômica do Direito: O Direito na Análise Econômica do Direito: onde se enquadra a AED? Epistemologia da Economia. O que é a AED? AED Positiva e Normativa. Metodologia da AED. Pressupostos da AED: Preferências, escassez e racionalidade. Sobre o individualismo metodológico e a utilização de modelos e reducionismo. Teoria da escolha racional: preferências, utilidade e análise marginal. Eficiência e Justiça. Hermenêutica da escolha. Exemplos de pesquisas e aplicações da AED.

Economia Institucional, Setor Público e Desenvolvimento Econômico: O papel das instituições no desenvolvimento econômico. Escassez, sistema econômico, instituições e organizações. Origens do Estado. *Limited Access Orders* e *Open Access Orders*. Escolha social. Bem-estar social. Falhas de mercado. Falhas de governo. Teoria da escolha pública. Problema da ação coletiva. Crescimento e desenvolvimento econômico.

Módulo 2 – Formação Básica

Análise Econômica da Propriedade: Conceito de propriedade. Direitos de propriedade. Eficiência alocativa. Teoria da barganha. Teorema de Coase. Custos de transação e alocação eficiente de direitos de propriedade. Coase *versus* Hobbes. Mecanismos de proteção do direito de propriedade: indenização compensatória (compensatory money damages) e obrigações de fazer ou não fazer (*equitable relief*). Bens públicos *versus* bens privados. Estabelecimento de direitos de propriedade Estudo de casos. Economia verde. Tragédia dos comuns. Direitos de propriedade e danos ambientais. Princípio do poluidor-pagador. Cota de reserva ambiental. Mercado de crédito de carbono. Alocação eficiente de recursos naturais. Propriedade intelectual. Tempo ótimo de patentes. Marcas e assimetria de informação.

Análise Econômica dos Contratos: Teoria da barganha. Críticas à teoria da barganha. Promessas Pareto eficientes. Contratos como indutores de estratégias cooperativas. Jogo agente-principal. Informações assimétricas e revelação eficiente de informações dentro da relação contratual. Mecanismos de proteção dos contratos: indenização

perfeita. Confiança excessiva. Lacunas racionais. Contratos perfeitos e falhas de mercado.

Análise Econômica da Responsabilidade Civil: Introdução à análise econômica da Responsabilidade Civil. O Modelo Econômico da Responsabilidade Civil: as variáveis; o problema e a resolução; e incentivos. O racional econômico das regras de negligência (responsabilidade subjetiva) e responsabilidade objetiva: incentivos eficientes. A Regra de Hand. Calculando indenizações eficientes: alguns instrumentos. Aplicações, Mini-Casos e Exercícios.

Análise Econômica do Processo Judicial/Administrativo: Teoria Geral do Processo e Análise Econômica do Direito. A TGP: em busca de uma teoria do comportamento. Direito, Jurisdição e Estado. O Direito como Requisito para a Vida em Sociedade. A Função Social do Processo: o problema principal-agente Estado-Juiz. O Custo Social do Processo. Princípios do Processo Civil. O Princípio da Eficiência. A AED: uma teoria sobre o comportamento. O Princípio da Eficiência Processual. Eficiência Alocativa e Legalidade. O Princípio da Eficiência e a Hermenêutica das Escolhas. O Princípio da (Direito Fundamental a) Legalidade. O Princípio da Legalidade: aspecto material. O Princípio da Legalidade: instrumentalidade das formas. O Princípio do Devido Processo Legal. O Princípio da Duração Razoável do Processo. Legalidade, Eficiência e Justiça. Teoria Positiva do Processo: a análise econômica do processo. Fundamentos do Modelo Juseconômico do Processo. Decisão com e sem Risco (Certeza e Incerteza). Teoria da Barganha: ou por que existem as trocas? Da Lide ao Processo: o modelo juseconômico do litígio. Autocomposição e Análise Custo-Benefício. Judicialização como uma Decisão com Risco. O Direito de Ação e seu Impacto sobre a Autocomposição. Contestação ou Acordo: o modelo juseconômico da transação. O Modelo de Otimismo Mútuo. O Modelo de Assimetria de Informação. Tópicos Avançados na Teoria Positiva do Processo. A Insuficiência do Espaço de Acordo. Excesso de Negociação e o Dilema do Prisoneiro. O Problema dos Custos Irrecuperáveis. O Duplo Grau de Jurisdição: o modelo juseconômico do ataque à decisão judicial. A Decisão de Recorrer. A Dupla Função do Duplo Grau de Jurisdição. Uniformização de Regra Jurídica. Correção de Erros. Taxa de Reversibilidade e Taxa de Recorribilidade. O Papel do Advogado: o problema principal-agente Cliente-Advogado. Condição de Ajuizamento. Condição de Acordo. Nível de Zelo Processual. Análise Econômica Comportamental do Processo.

Análise Econômica dos crimes e da corrupção: Economia do crime. Raciocínio econômico de ganhos e custos das atividades ilícitas do ponto de vista do indivíduo. Parâmetros sociais e econômicos. Os fatores que levam ao insucesso dessa atividade. Origens teóricas da Economia da Corrupção. Definições de corrupção. O problema de agente-principal. Tipos de corrupção e de agentes envolvidos. Causas da corrupção. Corrupção eficiente e suas críticas. O mercado da corrupção. Assimetria de informação e a participação de intermediários. Soluções e desenhos de mecanismo para punir agentes corruptos. Delação premiada e *whistleblowing*. Estudo de casos no Brasil.

Metodologia de pesquisa e elaboração de projeto: Conhecimento científico. Introdução à pesquisa científica. Características e classificação da pesquisa científica. Normas da ABNT. Projeto de pesquisa. Apoio à elaboração de artigo.

Módulo 3 – Formação Complementar

Análise do comportamento judicial, consequências das decisões judiciais e jurimetria:

Análise Econômica do Direito e Consequencialismo. “Como os Juízes Pensam?”: Teorias Econômicas do Comportamento Judicial. Teorias Políticas do Comportamento Judicial. Jurimetria ou Análise Empírica Quantitativa do Direito Aplicada ao Comportamento Judicial: Teoria e Modelos. Jurimetria ou Análise Empírica Quantitativa do Direito Aplicada ao Comportamento Judicial: Literatura Brasileira e Internacional Aplicada. O Futuro da Pesquisa em Análise Econômica do Comportamento Judicial.

Análise Econômica da Fiscalização de Obras Públicas e de Leilões: Leis a serem abordadas (Leis 8.666/93, 12.462/11 e 13.303/16). Problemas essenciais da fiscalização de obras. Licitação: reserva orçamentária, competitividade e planejamento. Contratação: jogo de planilha e de cronograma; repactuações; ausência de recursos. Obras inacabadas e o que representam na Economia. A competitividade e as falhas de mercado. A falta de planejamento e os impactos econômicos. As falhas de repactuação contratual. O jogo entre Administração Pública, licitantes/contratados e Controle. O comportamento estratégico das licitantes e dos contratados. Os mecanismos de incentivos da legislação estudada. Tratamento das obras paralisadas. Por que pensar estrategicamente? Modelos formais, soluções e limitações da teoria dos jogos. Jogos na forma estratégica com informação completa. A forma estratégica. Estratégias dominantes e eliminação iterativa de estratégias dominadas. Equilíbrio de Nash. Exemplos. Estratégias mistas e existência de equilíbrios de Nash. A forma extensiva. Utilidade esperada e equilíbrios de Nash. Jogos na forma extensiva com informação completa. Forma normal associada e equilíbrio de Nash. Estratégias mistas comportamentais e o teorema de Kuhn. Indução retroativa e perfeição em subjogos. Informação perfeita e indução retroativa. Perfeição em subjogos. Jogos estacionários e o modelo de Rubinstein de negociação bilateral. Jogos repetidos. Um modelo híbrido. Estratégias, consequências e equilíbrio de Nash. Equilíbrio perfeito em subjogos e o Teorema Popular. Jogos na forma estratégica com informação incompleta. Natureza e tipos. Probabilidade *ex ante* e atualização bayesiana. Equilíbrio bayesiano. Aplicações: leilões e guerra de nervos. Jogos na forma extensiva com informação incompleta. Jogando com um adversário desconhecido. Informação incompleta & imperfeita. Crenças e racionalidade sequencial. Consistência bayesiana e equilíbrio bayesiano perfeito. Sinalização: o jogo *beer-quiche*. Reputação e o paradoxo das cadeias de lojas. Leilões: Valores privados. O modelo simétrico, leilões de segundo preço, leilões de primeiro preço, comparação de receitas, preços de reserva. Leilões: Equivalência de receitas. O Teorema de Equivalência de Receitas, aplicações a leilões não-padrões, número incerto de participantes. Leilões: Extensões. Agentes avessos ao risco, restrição orçamentária, jogadores assimétricos. Leilões: Desenho de mecanismos. Conceitos fundamentais da teoria de desenho de mecanismos, mecanismos ótimos, mecanismos eficientes. Estudos de caso no Brasil.

Economia Comportamental: Definições. Aplicações em políticas públicas. Políticas públicas, incentivos e comportamento dos agentes econômicos. Arquitetura da escolha: a importância do contexto. *Behavioral Economics*: uma agenda possível para o Brasil?

Análise Econômica do Controle: Teoria agente-principal. Custo-benefício do controle. Análise econômica do controle de políticas públicas. Alterações na Lei de Introdução ao Direito Brasileiro pela Lei 13.655/2018. Estudos de caso.

Bibliografia básica

COOTER, Robert; ULEN, Thomas. Direito & Economia. 5. ed. Porto Alegre:Bookman, 2010.

FIANI, Ronaldo. Teoria dos Jogos: com aplicações em Economia, Administração e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

TIMM, Luciano Benetti (Org.). Direito e Economia no Brasil: Estudos sobre a análise econômica do Direito. 3ª Ed. Atlas: São Paulo, 2019.

APÊNDICE II – PROPOSTA PRELIMINAR DE PROJETO DE PESQUISA

Curso:	Ano:
Nome do aluno:	CPF: _____._____._____-____
Tema da Pesquisa:	
Objetivo da Pesquisa:	
Relevância da Pesquisa:	
Referências:	

APÊNDICE III – PROJETO DE PESQUISA

Antes do início da elaboração do TCC o aluno deverá apresentar projeto de pesquisa contendo:

1. IDENTIFICAÇÃO DE ALUNOS E ORIENTADORES (1/2 página)

- 1.1. Qual é o seu nome?
- 1.2. Está vinculado a qual órgão ou entidade?
- 1.3. Qual é sua maior formação? (Graduação, Pós-graduação, Mestrado, Doutorado)
- 1.4. Qual é seu e-mail?
- 1.5. Qual é seu telefone de contato/celular?
- 1.6. Qual é o nome do seu orientador?
- 1.7. Seu orientador está vinculado a qual organização?
- 1.8. Qual é maior formação do seu orientador? (Graduação, Pós-graduação, Mestrado, Doutorado)
- 1.9. Qual é o e-mail do seu orientador?
- 1.10. Qual é o telefone do seu orientador?

2. SELEÇÃO DO TEMA

- 2.1. Qual é o seu objeto de estudo (tema)? (Política pública ou programa de governo, como, por exemplo, Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, Plano Nacional de Educação - PNE, Programa temático: educação de qualidade para todos, Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, Programa Bolsa família)
- 2.2. Qual é o objetivo dessa política pública ou programa? Que problema público pretende resolver? Qual seu público-alvo?
- 2.3. Essa política pública ou programa está institucionalizada em algum instrumento legal ou infralegal? Qual(is)?
- 2.4. Que órgão/entidade é responsável por essa política pública ou programa?

3. PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

- 3.1. O você sabe sobre essa política pública ou programa? (Breve revisão de literatura e/ou produção de conhecimento)
- 3.2. Por que é importante estudar essa política pública ou programa? (Informe a materialidade, a relevância, os problemas conhecidos e/ou potenciais riscos da política pública e/ou programa)
- 3.3. Há créditos orçamentários previstos, recursos financeiros gastos, renúncias ou incentivos fiscais relacionados a essa política pública ou programa? Caso seja possível, explicita qual é o montante e como é possível identificá-lo na LOA ou em outro instrumento público?

4. PLANEJAMENTO

- 4.1. Qual tipo de estudo pretende realizar? (Pesquisa, análise, avaliação ou fiscalização)
- 4.2. Qual é o título do seu projeto de pesquisa?
- 4.3. Quais são os objetivos do estudo?
- 4.4. Quais questões serão respondidas por meio do estudo?
- 4.5. Quais critérios serão utilizados como referência?
- 4.6. Que informações são relevantes para o estudo? Onde e como pretende obtê-las?
- 4.7. Quais métodos e técnicas serão utilizados para coleta e análise de dados?
- 4.8. O que o estudo permitirá dizer?

5. CRONOGRAMA DE ENTREGAS

- 5.1. Quando pretende iniciar a elaboração do seu TCC?
- 5.2. Quando pretende defender seu TCC?
- 5.3. Qual será o principal produto do seu TCC? (Ex: Pesquisa Acadêmica, Relatório de Análise, Relatório de Avaliação, Relatório de Auditoria, outro)
- 5.4. Pretende utilizar o resultado desse trabalho em alguma outra atividade? Qual? (Ex.: Utilizá-lo como insumo para ação de controle a ser realizada posteriormente, utilizá-lo para subsidiar decisão acerca de política pública ou programa; publicar o resultado do trabalho em revista acadêmica? Outro?)

Quais são os produtos intermediários do seu estudo e qual a previsão de início e término de cada um deles? [Ex. (a) matriz de planejamento (data); (b) coleta de dados (data); (c) matriz de achados (data); (d) relatório preliminar (data); (e) relatório final (data)].

APÊNDICE IV - TERMO DE MATRÍCULA E RESPONSABILIDADE POR ORIENTAÇÃO

Tema da Pesquisa:
Nome do aluno:
Nome do Orientador
Titularidade do orientador: () especialista () mestre () doutor

Cronograma Estimativo das Atividades

Indicar na tabela os prazos inicialmente previstos para a realização dos encontros e entrega dos produtos/etapas de desenvolvimento do TCC.

Período das atividades de orientação: de ____/20__ a ____/20__.

Data	Descrição das Atividades
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	

RESPONSABILIDADES DO ORIENTADOR:

O orientador deve, além de acompanhar o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso em todas as fases de elaboração, presidir a Banca Examinadora e sugerir a composição desta à coordenação do curso.

São atribuições do orientador:

- encaminhar à coordenação as documentações necessárias à contratação e respectivo pagamento da atividade de orientação;
- verificar a pertinência do projeto de pesquisa apresentado pelo aluno;
- sugerir referências bibliográficas concernentes ao tema apresentado pelo orientando;
- auxiliar o orientando nas principais linhas teóricas e metodológicas aplicadas ao tema do TCC;
- estimular a autonomia intelectual do orientando;
- discutir a proposta de pesquisa e apontar os aspectos que precisam ser melhorados;
- acompanhar a evolução do trabalho de conclusão do curso no decorrer de sua elaboração;

ESPECIALIZAÇÃO EM ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO – PPC

- h) encaminhar, à coordenação do curso, relatório de atividades de orientação ao final do período previsto no cronograma ;
- i) informar no relatório sobre o atendimento, por parte do(s) aluno(s) orientando(s), das recomendações de modificações e do cumprimento dos prazos;
- j) indicar o examinador para a composição da banca, observando que, caso o orientador seja somente especialista, o examinador da banca deve ser mestre ou doutor; e
- k) presidir a banca examinadora.

RESPONSABILIDADES DO ORIENTANDO:

- a) apresentar o projeto de pesquisa ao orientador ao início da orientação;
- b) cumprir os prazos de entrega das etapas estipulados pelo orientador;
- c) informar ao orientador sobre qualquer eventualidade que dificulte o cumprimento de etapas;
- d) elaborar o TCC respeitando os parâmetros adotados pela coordenação do curso;
- e) entregar o TCC à coordenação no prazo estipulado no cronograma.
- f) Apresentar o TCC à banca examinadora dentro dos prazos definidos no curso.

Brasília,

De acordo,

Assinatura do aluno

De acordo,

Assinatura do orientador